



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

JOEL SOARES DA SILVA

(depoimento)

2017

CEME-ESEFID-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpendo Memórias

Número da entrevista: E-777

Entrevistado: Joel Soares da Silva

Nascimento: Não informado

Local da entrevista: Hotel Mercure - Brasília

Entrevistadoras: Adriana Gomes Zimmermann Fontanella, Mayara Cristina Mendes e Pamela Siqueira Joras

Data da entrevista: 17/05/2017

Transcrição: Ana Carolina Vieira e Mayara Cristina Mendes Maia

Copidesque: Mayara Cristina Mendes Maia

Pesquisa: Pamela Siqueira Joras

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 39 minutos e 15 segundos

Páginas Digitadas: 15 páginas

Observações:

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

* Esse documento tem como base as orientações do “*Manual prático para esclarecimento de procedimentos básicos a serem realizados nas entrevistas*” versão de 2016, desenvolvido pelo GRECCO – Grupo de Estudos em história, Cultura e Esporte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O LECCORPO realizou algumas alterações de formato.

O Projeto Garimpendo Memórias está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins de pesquisa acadêmica, extensão e ensino, esta entrevista de cunho documental e histórico. É permitida a citação, no todo ou em parte, desde que a fonte seja mencionada.

Como citar: SILVA, Joel Soares da. Entrevista concedida por Joel Soares da Silva ao Projeto Garimpendo Memórias. Entrevistadoras: Adriana Gomes Zimmermann Fontanella, Mayara Cristina Mendes e Pamela Siqueira Joras. UNIVASF, UFRGS, Belo Horizonte (MG), 27 abr. 2017, 8.p.

Sumário

Formação acadêmica; Envolvimento Programa Esporte e Lazer da Cidade; Convênios; Programa Segundo Tempo; Programa Vida Saudável; Capacitação Gerencial; Execução de programa sociais de esporte e lazer; Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade; Sugestões para a qualificação do Programa.

Porto Alegre, 17 de 05 de 2017. Entrevista com Joel Soares da Silva a cargo das pesquisadoras Adriana Gomes Zimmermann Fontanella, Mayara Cristina Mendes e Pamela Siqueira Joras para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

A.Z. – Queria que tu começasse falando para gente um pouco sobre a tua formação e a tua trajetória.

J.S. – Primeiro eu agradeço pelo convite. Eu sou formado inicialmente em Filosofia, dei aula algum tempo na área de Filosofia, depois eu cursei Direito e foi cursando Direito que fui convidado a trabalhar no Ministério do Esporte.

A.Z. – E como começou o teu envolvimento com o esporte e lazer?

J.S. – Na verdade foi quando eu estava cursando a Faculdade de Direito. Me convidaram para trabalhar no Programa Segundo Tempo na área de execução. Trabalhei pela UFRGS¹, eu era bolsista, e fiquei lá do final de 2011 a 2013.

A.Z. – Dois anos.

J.S. – Isso!

A.Z. – E como tu chegou até o PELC²?

J.S. – Quando o contrato com a FAUFRGS³ acabou, eu fui convidado para fazer uma entrevista para ser orientador do PELC. Na entrevista me selecionaram e foi quando eu comecei a trabalhar como orientador pedagógico.

A.Z. – Tu teve alguma preparação ou formação para ser o orientador? Como que chegou esse convite?

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Programa Esporte e Lazer na Cidade.

J.S. – Na verdade, o convite foi pela experiência que tínhamos com o Programa Segundo Tempo. Como a gente trabalha questão de convênios e todo o convênio é feito com os órgãos federais, existe um protocolo de leis, com todas as portarias e os decretos. Então, quem trabalha com convênios, independente de qual é, tem uma facilidade de trabalhar com qualquer outra forma de convênio, só precisa do conhecimento específico daquele convênio. Então, quando o PELC precisou de profissionais, o Ministério do Esporte estava acabando o convênio com a FAUFRGS, termo de cooperação na verdade, eles chamaram as pessoas que trabalhavam no Segundo Tempo para fazer entrevista para trabalhar no PELC. Quando a gente chegou no PELC passamos por uma capacitação com a Ana Elenara⁴ que, na época, era coordenadora do programa, ela deu uma capacitação para a gente, de dois dias. E quando a gente foi selecionado, participamos de um encontro de formação em Vitória, no Espírito Santo, de três dias para ter um preparo maior com relação às diretrizes, às questões do Programa, os projetos político-pedagógicos... A gente precisa de todo esse preparo antes de atuar com o programa do PELC.

A.Z. – E qual era tua função específica? O que tu fazia?

J.S. – Então, enquanto orientador... O Ministério do Esporte, para fins didáticos, ele divide o convênio em dois setores, um que é de acompanhamento pedagógico e o outro que é de acompanhamento técnico. Todos eles fazem acompanhamento, fiscalização e monitoração desses convênios. Só divide como pedagógico, que hoje é a atual SNEIS⁵, e a de cunho técnico. Enquanto orientador pedagógico, quando uma proposta chega para a gente, vamos auxiliar a entidade a fazer o preenchimento do PPP⁶, que é o programa técnico-pedagógico, desde as etapas iniciais, de quem é o responsável pelo preenchimento daquele termo, as atividades que vão ser executadas; se de fato é atividade, conversar com a entidade, com os beneficiários se de fato essas atividades são adequadas, se a entidade de compromisso social, qual dessas atividades é sistemática, os eventos, qual vai ser a forma de formação que eles vão dar pra esses agentes sociais. A base desse processo todo a gente faz na área pedagógica, esse é o inicial. Quando esse convênio passou por essa fase, ele vai para a fase de formalização, envio de documentos, ele sendo formalizado, ele vai ser pago. Quando ele

³ Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Ana Elenara da Silva Pintos.

⁵ Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

⁶ Projetos Político-Pedagógicos.

pago ele vai para área pedagógica e para área técnica, sendo designado um para cada setor. Na área pedagógica a gente faz esse acompanhamento. Dependendo do ano que foi pactuado a gente precisa qualificar as diretrizes atuais. Digamos que foi pactuado no edital 2013, aí ele foi formalizado em 2014, as diretrizes estão desatualizadas, precisa atualizar aquele PPP, quem faz isso é a área pedagógica. A gente faz a alimentação do sistema Mimboé⁷, sistema de dados que nós temos de acompanhamento pedagógico, de auxílio de preenchimento de grade de horária, modificação de núcleos... “Esse núcleo é adequado? Não é? Essa atividade no qual foi pactuada no PPP, ela é adequada neste momento? Ele saiu da iniciativa político-social? A gente precisa formar o conselho gestor, qual é a forma? Isso em parceria com os formadores, com curso EAD⁸. A gente encontra o momento adequado de pedir os módulos introdutórios, um e dois, avaliação um e dois. E todo o acompanhamento pedagógico ocorrendo nesse percurso de autorização de qualquer procedimento de cunho pedagógico quem faz somos nós da área pedagógica, os orientadores pedagógicos.

A.Z. – Quanto tempo tu ficou nessa função?

J.S. – Eu fiquei nessa função de 2013 a 2014.

A.Z. – E depois, quando trocou de função, foi para onde?

J.S. – Consultor de formação.

A.Z. – E como que se deu essa troca?

J.S. – São dois consultores que trabalham no Ministério, um deles passou em um concurso e foi chamado para assumir. Eu tinha feito um encontro de formação em Belém, no Pará, e a diretora gostou da minha atuação lá, ela me chamou para fazer uma entrevista para trabalhar como consultor, aí fiquei... [Risos]

A.Z. – E quais foram essas funções como consultor?

⁷ Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais do Governo Federal.

J.S. – É o seguinte, quando eu fui chamado para ser consultor, uma das coisas que me chamou a atenção, para não querer ser consultor, era perder o acompanhamento com o convênio. Porque é de fato o que tu pode ajudar, em termos de... Fazer com que a entidade entenda sua estrutura, com acompanhamento, seja ele técnico ou pedagógico. Eu já tinha feito acompanhamento técnico quando trabalhei na SEGAI⁹, então conheci o procedimento técnico, então eu tinha acabado de conhecer o procedimento pedagógico. Quando uniu os dois eu consegui de fato efetivo nas entidades. Vai lá o PP, vai lá no SICONV¹⁰, preenche isso, você pediu ajuste no plano de trabalho, a gente vai ajustar o PPP. Esse procedimento para mim era mais simples de entender, então, tinha convênios com órgão de início mais simples, conversando com a área técnica junto a mim ficava muito tranquilo. Falei: “Como consultor vou trabalhar, com o quê?” Essa pessoa me falou: “Você vai é...” [silêncio] cada técnico, cada orientador pedagógico, tem um número tal de convênios, digamos quinze por exemplo, isso depende de quantos convênios têm vigentes. Cada técnico ficando responsável por quinze, em todos tem que ser pedidos. Mas quem faz monitoramento efetivo dessas formações são os consultores, se está no prazo, o formador mandou a programação cinco dias antes, não mandou? Vamos cobrar o formador. Aconteceu a formação, vinte e um dias depois o formador mandou para nós o relatório? Pega esse relatório, encaminha para o orientador. Fica naquele acompanhamento de fiscalização se ele fez o parecer técnico pedagógico para ser encaminhado para a entidade, esse parecer é tanto no planejamento como a programação, com o parecer técnico-pedagógico elaborado pelo orientador em cima dos relatórios que os formadores fazem, é analisado pelos consultores de formação. Então, desde o agendamento, quando a entidade solicita verificação adequada para mandar para a UFMG¹¹, procedimento de estruturação dessa formação, o acompanhamento da formação seja *in loco* ou o próprio Ministério auxiliando os formadores. Os dados desse relatório, a execução e o preparo do parecer pedagógico de todos os organizadores é feito por nós. Feito esse parecer técnico pedagógico a gente encaminha para a entidade o ofício, anexa no SICONV, pedindo o acompanhamento de todos os dados em relação a segunda Portaria 424, que tem que estar dentro do SICONV e também Mimboé a fins pedagógicos. Quando a entidade responde esse parecer, em

⁸ Educação à Distância.

⁹ Nome sujeito a confirmação.

¹⁰ Sistema de Convênios do Governo Federal.

¹¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

conjunto com o orientador, verifica se essa resposta é adequada de fato com o que foi solicitado.

A.Z. – Tu ainda trabalha como consultor? Tu atende exclusivamente o PELC ou o Vida Saudável também?

J.S. – Como consultor. O PELC e o Vida Saudável.

A.Z. – Os dois. Tu vê alguma diferença no processo dos dois ou é basicamente a mesma coisa?

J.S. – Em relação a acompanhamento e monitoramento de fato não tem. A diferença é que os municípios pedem mais o PELC porque eu posso atender um público muito maior, quem vai querer o Vida Saudável é um município com uma carência de políticas para idosos. Como as nossas metas são muito grandes, se você pegar um município pequeno, 200 idosos ou 400 pessoas para o PELC, é uma meta complexa de se atender. Então eles vão sim preferir, dependendo da quantidade de idosos que o município tem, o PELC, embora eles queiram em algum momento atender mais idosos, mas como eles não tem uma grande quantidade de idosos eles preferem o PELC que atende todo mundo.

P.J. – Tu comentou sobre o trabalho de monitoramento, acompanhamento e auxílio aos convênios. O que a gente tem escutado nas entrevistas são algumas dificuldades em relação ao Mimboé e principalmente ao SICONV. O que tu apontaria para facilitar o acesso e a alimentação de informações através desses sistemas?

J.S. – Eu também acho complexo porque os sistemas acabam sendo repetitivos, por exemplo, hoje nós temos o Mimboé, temos o SICONV e vamos ter o SEI¹² que já está implantado no Ministério, que é uma determinação do Governo Federal. Só que o SEI vai acompanhar o convênio em termos processuais, então, todo documento que chegar no Ministério vai entrar via SEI e vai ser respondido via SEI. Então isso vai ser um acompanhamento processual. O Mimboé por outro lado é um acompanhamento para fins de gerar dados estatísticos e pedagógicos. E esses sistemas não se comunicam, eles não

podem se comunicar. E o SICONV é do Ministério do Planejamento, que é para fins de execução físico-financeira, então, ele presta conta do convênio via SICONV e a legalidade do convênio está no SICONV por causa da portaria. Ele solicita o programa, ele estrutura e presta contas dentro do SICONV. Então de fato é um caminho... Por enquanto tem que ser os três sistemas mesmo. Então é complexo para a entidade e é complexo para o Ministério, para as áreas técnicas e pedagógicas, porque da mesma forma que a entidade tem que alimentar os três sistemas, o Ministério também tem que alimentá-los. O SICONV é um fator complicador pela dificuldade que eles têm na informação de como alimentar o SICONV e a aba que é aberta para eles não é aberta para nós, mesmo se eu for solicitado, mas se eu não estudar eu não vou conhecer o que ele tem que responder na tela aberta para eles. Então o que eu sempre falo para eles é: “É difícil?” Talvez seja, dependendo de quem esteja lá do outro lado na entidade, mas que por um outro lado, se ele preencher o SICONV par e passo com a execução e estruturação, ele terminou os vinte e quatro meses hoje, hoje ele prestou contas. Já está tudo lá dentro, alimentado, ele pagou o RH¹³ mês a mês, ele fez a licitação, ele comprou os materiais, ele citou e colocou a documentação toda no SICONV, ele prestou contas. Para facilitar em relação ao sistema o Ministério tem alguns procedimentos, um acaba sendo gerencial que tem um dia todo predestinado para auxiliar a entidade com o preenchimento do SICONV, que não é suficiente, a gente sabe. Tem técnicos que tem esse conhecimento mais adequado para orientá-los na questão técnico-pedagógica, mas o que a gente sempre fala... Quando o município contata a gente, pedimos o que a gente chama de declaração de capacidade técnica, ele me diz se tem condições de alimentar esses sistemas. Então para isso ele tem um profissional, que não é ligado ao PELC, mas é um profissional da prefeitura, que ele alimenta o sistema do SICONV, porque ele não consegue pactuar com a entidade em nenhuma esfera se ele não tiver o SICONV. Então, o que as prefeituras, a meu ver, tinham que fazer, pegar um profissional do seu quadro, capacitar ele, tem vários cursos no mercado e preparar esse profissional. Se ele tiver um profissional que entende de SICONV e de licitação, esse entrave técnico que eles têm na estruturação não vai ter mais, vai ser só legislação, mas ele entendendo de licitação e SICONV, boa parte da dificuldade que ele tem na estruturação e na execução do programa ele vai perder. E só com capacitação, não tem outra forma. Com relação ao Mimboé, ele é um sistema mais tranquilo. O próprio sistema tem tutorial, ele é

¹² Sistema Eletrônico de Informações.

¹³ Recursos Humanos.

extremamente básico, não tem grandes dificuldades, é interativo e o Ministério também atua nessa capacitação, os formadores quando vão em loco também trabalham minimamente em relação ao Mimboé, eles têm orientadores só para esse sistema e ainda nós temos um *desktop* pronto para tirar dúvidas a hora que eles quiserem, então, acredito que não tem grandes dificuldades. O SEI, estamos trabalhando juntos, vamos aprender todos juntos, eu não sei, eles não sabem, a gente vai aprendendo no percurso todo mundo. Mas eu acho que cada vez mais investir em formação, o município principalmente, porque eu falo muito que quando estamos pactuando com os municípios, seja com o PELC ou com o Vida Saudável, a gente está indo além de dar uma política pública de esporte e de lazer recreativo, mas muito além disso, até acaba sendo um segundo passo mesmo. Antes disso estamos ensinando os municípios a arrecadarem dinheiro do Governo Federal, a pactuar com o Governo Federal. Ele passou por um processo de chamamento público ou de emenda parlamentar, que é uma verba direta, ele conseguiu essa verba, ele conseguiu entrar com a documentação de formalização, ele entendeu a lógica dessa documentação, depois que ele conseguiu passar por esse entrave de estruturação que é terrível, contratar, comprar, ter material, ter profissional para atuar, alimentar e entender como funciona o SICONV, perder o medo de falar com o Ministério... O Ministério é gente como eu, esfera de igualdade, somos parceiros, como costume falar. Ele entendeu isso, aí ele vai conseguir executar política pública, seja qual for, no âmbito do Governo Federal. Então nossa questão é muito maior do que entregar para o município um direito constitucional dele de políticas de esporte e lazer recreativo, eles estão aprendendo a arrecadar dinheiro do Governo Federal. Olha nós não somos bichos papões, a gente precisa da mesma forma que o Ministério... Os Ministérios, o Governo Federal, eles querem atuar como política pública de Governo, a gente quer que seja uma política pública de Estado, então aprenda a pactuar com a gente, aprenda a lógica da política pública, aprenda como funciona a máquina pública, agora atua você enquanto Estado.

A.Z.- Fora essa dificuldade de comunicação nos sistemas tu tem alguma outra dificuldade que tu consiga ver?

J.S. – Nas entidades?

P.J. – Ou para ti.

J.S. – Primeiro para as entidades, eu acho que de fato, um fator é a questão da formação mesmo. Porque como os gestores não costumam trabalhar com os profissionais do seu quadro, cada gestão troca, então o coordenador geral, que a gente sempre pede que seja um profissional do quadro, que ele é indicado pela prefeitura e recebe recursos da própria prefeitura. Qual a ideia disso? É que esses profissionais, que atuarão nesse programa 24 meses, vão entender essa lógica que eu falei, de como pactuar, como estruturar, como executar e como prestar contas. Quando chegasse um outro convênio esses profissionais, que são os coordenadores gerais, teriam expertise do que fazer, porque eles já foram capacitados e preparados. Nosso programa investe fortemente em formação, seja nas capacitações gerenciais, seja nos cursos EAD, seja nos módulos presenciais. O principal foco disse é entregar a política pública, depois o esporte e o lazer recreativo e, principalmente, a formação. Se a gente tiver chance de formação continuada deles, ou seja, a ideia do programa, a ideia da política pública, a forma de como fazer, estar na mente daqueles profissionais, os seis agentes sociais no caso de um núcleo, coordenador pedagógico, coordenador geral e um coordenador para o SICONV. Ocorre que, nessa troca constante de gestão, os gestores não aproveitam esses profissionais, geral coloca um profissional de confiança dele. Essa política que nós temos visa formar técnicos, eles querem pessoas convencionadas e de confiança, que também é um direito deles, mas que de fato acaba levando maior tempo. Esse profissional que entrou agora, ele não tem expertise que o coordenador geral tem, porque ele não é meu profissional de confiança, vai ter que passar por esse processo todo de capacitação de novo e talvez, dependendo do momento em que ele entrar, não dê conta, porque já foram perdidas essas informações. Ele entraria em dez ciclos de execução, o módulo introdutório já aconteceu, o dois já aconteceu, a capacitação gerencial já ocorreu, então, ele vai ter que correr atrás do prejuízo e vai ser muito mais difícil para ele. As dificuldades de comunicação com o Ministério, nós temos algumas prefeituras que têm dificuldades de redigir um ofício pedindo um módulo, então, a gente tem que atuar com eles ajudando a escrever: “Precisa de tais e tais informações, minimamente digitais as informações.” Isso acaba diretamente em produzir e-mails, alimentar os sistemas... Trava todo o sistema, por medo, dificuldade, por N coisas na falta de preparo desse profissional.

A.Z. – Tirando a dificuldade, o que tu gostaria de destacar de importante do PELC, na tua função ou no todo.

J.S. – O programa PELC tem algumas características extremamente importantes. Quando eu trabalhei com o Segundo Tempo, me chamava bastante atenção trabalhar com ele, depois de um tempo até que eu fui conseguindo entender. Eu sou um contemporâneo de esporte educacional, enquanto política educacional, a gente consegue fazer com que ela aconteça por causa do Ministério da Educação; as grades escolares têm o esporte educacional, então o Segundo Tempo tinha que ser só uma extensão disso, em parceria com o Ministério da Educação, a meu ver. Porque hoje já se entende assim, inclusive existe um programa específico do Ministério da Educação em parceria o Ministério do Esporte. Quando eu cheguei para fazer a entrevista do PELC e me explicaram sua política, falei: “É isso!” Porque a política do esporte educacional o MEC¹⁴ deve garantir em parceria com o Ministério do Esporte. Mas uma política de esporte recreativo é um direito constitucional que não tem no MEC, não visa garantir em forma de Governo Federal. Então o PELC vem nesse sentido, é um programa dificultoso de se estruturar, ele tem muitas relações... Enquanto você pega o Segundo Tempo ele tem que ter um núcleo que funciona dentro de uma escola, espaço físico já está garantido, ele funciona no contraturno escolar, já tem público-alvo, ou seja, são alunos no contraturno escolar e eu vou ter atividades esportivas e físicas. O PELC não, ele quer garantir uma política de esporte e lazer recreativo, que é muita coisa, tem que fazer esse grupo entender, principalmente os profissionais que vão atuar nos programas e coordenadores, o que é uma política de esporte e lazer recreativo. Fazendo entender isso, eu vou ter que mostrar para ele que as ações são extremamente grandes, porque eu não trabalho só com a aplicação do esporte e lazer recreativo e com atividades sistemáticas que vão acontecer no decorrer dos vinte meses de execução. Eu trabalho com eventos, com três tipos de eventos bem distintos, eventos pequenos de núcleos, que darão suporte para a entidade junto com os beneficiados, entender o que é fazer um evento para ter mais seis eventos de médio porte, já envolvendo a comunidade no meio e ainda vão ter mais três eventos no programa, que são eventos de grande porte. Ou seja, nós estamos querendo garantir para a entidade que ela entenda essa política de esporte e lazer recreativo, que ele entenda o que é fazer eventos, porque esses eventos têm caracteres sociais, vai fazer com que eles interajam entre eles, que tenham convívio social, que entendam a política pública, que forma ele pratica o controle social... Na verdade, o conselho gestor, que aí tem espera de todas as estâncias do convênio, principalmente nos beneficiados dos agentes sociais, para que eles venham atrás desse direito deles que está

¹⁴ Ministério da Educação.

sendo garantido em forma de política de governo para ser política de estado. Então é um programa que tem uma esfera de importância muito grande.

M.M. – Você disse que trabalha com o Vida Saudável também, você poderia fazer um destaque sobre esse programa?

J.S.- Então, três características básicas diferem o PELC do Vida Saudável. A primeira é a excelência por um público preferencialmente de idosos. A segunda seria a quantidade de profissionais que atuam no programa, como a quantidade de beneficiados é menor, então você tem uma quantidade de agentes sociais também menor, proporcional a esse número. E a terceira, que eu acho extremamente importante nessa política é porque enquanto uma eu quero garantir esporte e lazer recreativo, a outra quer ir além, quero também garantir o envelhecimento bem-sucedido, envelhecer bem, que vai de encontro a essa falta de políticas que a gente tem voltadas para pessoas idosas. Mas tirando essas diferenças, a forma de estruturação, de execução e acompanhamento do convênio é bem parecida. O cuidado que tem que ter na hora da titulação desse convênio é que tipo de atividades eles vão dar para esses beneficiados, é um público característico, qual a duração das atividades para eles? Eu posso começar com uma hora como faço no PELC? Então, eu preciso conhecer esse público, eu preciso saber qual a resistência que eles têm, eu não posso trabalhar com estereótipos dizendo que eles não dão conta, mas também não posso dizer que eles dão. Então, eu preciso conhecer esse público para saber qual condição de atividades que eu vou dar para eles. Mas em termos de execução mesmo você não vai ver grande disparidade entre eles não, eles são programas de difícil estruturação e execução, eles têm a mesma meta, tirando a questão do público-alvo, a mesma quantidade de eventos, ambos são políticas amplas de esporte e lazer recreativo. Mas a diferença básica é esse público que tenho que ter uma atenção e um cuidado maior.

P.J. – Tu chegaste a trabalhar com o PELC Povos e Comunidades Tradicionais?

J.S. - No atual momento eu estou com um, porque quando a gente vai para consultor de formação, uma das coisas que na época a antiga coordenadora solicitou para gente, a Ana Elenara, é que a gente não perdesse o contato com o acompanhamento de convênios. Então, a gente também ficou um número x de convênios acompanhamento enquanto

orientadores pedagógicos. É uma quantidade bem menor porque nós estamos na função de consultor, mas eu continuo acompanhando. Eu acompanho um convênio em Campinas do Piauí¹⁵ que é Povos e Comunidades Tradicionais, aí sim é inserida uma dificuldade muito grande. Muito grande porque agora que a gente está começando a pensar de uma forma mais estruturante o que trabalhar com esse público, mais do que os outros programas. Se nos outros a gente já tem cuidado com a cultura de esporte recreativo do local, com os povos tradicionais têm que ser ainda mais reforçado. Você deve respeitar muito fortemente a questão dos profissionais que estão ali atuando com os beneficiados e que conhecem essas atividades que eles gostam, aproveitá-los como agentes dentro do programa. Assentá-los de uma forma mais adequado, respeitando a característica desse povo. A gente acaba tendo uma dificuldade muito maior com o cumprimento de meta. Se com o PELC e o PST¹⁶ tem suas dificuldades, você imagina com as comunidades tradicionais. A meta fica sempre aquém do núcleo desejado. Como nós temos que respeitar a questão da liderança, acaba que os profissionais que atuarão vão ser muito indicados, embora a gente tenta fazer licitatório, processo de chamamento público na verdade, nem sempre isso vai ser de fato respeitado. E acaba que, o coordenador geral por exemplo, vai ser indicado por aquela comunidade, o pajé ou outra liderança local, o prefeito vai aceitar para que o programa aconteça e ele pode ter uma dificuldade muito grande com relação a estrutura, ele pode... No meu caso, com o grupo do Piauí, existe uma dificuldade muito grande quanto à comunicação. Todos eles já tentaram fazer acontecer o módulo de avaliação. Tem o Módulo Introdutório 1, 2 e o Módulo de Avaliação 1. E os relatos são de um convênio que acontece com extrema dificuldade, inclusive de comunicação. Tem dificuldade de respostas de e-mails, de envio de ofícios, de alimentação do SINCONV. É um programa que tem que terminar junho ou julho, mas que vai ter muita dificuldade de nos apresentar a prestação de contas. Dificilmente ele prestará conta de forma total. Vai ser parcial.

P.J. – Como orientador ou como consultor, tu teria algum exemplo de algum projeto que não deu certo na sua execução, que não foi até o final?

J.S. - A gente tem alguns. Existem algumas formas de trabalhar. O Ministério pode verificar que não se tem condições de executar e a gente pede uma rescisão desse convênio

¹⁵ Município do Estado do Piauí.

¹⁶ Programa Segundo Tempo.

ou o próprio convênio pode ver que o projeto não é legal para ele, está sentindo muita dificuldade e então, pede uma denúncia. Na verdade, a denúncia é um termo unilateral, que tanto o Ministério do Esporte quanto o convênio pode pedir, sem apresentar justificativa. “Eu não quero mais o programa. Para mim, ele não funciona, então, eu quero desistir!” O convênio só devolve o recurso. Se ele tiver executado, é feito uma prestação de contas, uma tomada de contas especial. Ele presta conta até o momento e o recurso que ele não utilizou, ele devolve para o Ministério. Se ele não estruturou ainda e não gastou o dinheiro, ele simplesmente devolve esse dinheiro para uma poupança sendo atualizado esse valor. Acontece... Atualmente eu tive um exemplo, fui orientador da Prefeitura Municipal de São Luis, no Maranhão, e passamos por três trocas de gestão e com muita dificuldade, não nos respondiam, não alimentavam o SICONV, com extrema dificuldade... Quando foi agora, ele pediu... Na verdade, pediu não. Eles tinham um prazo para a reestruturação do convênio, mas não solicitaram, perderam o prazo e o convênio foi reiniciado. Mas foi um convênio que nas várias prorrogações de estruturação que ele teve, não conseguiu responder de forma efetiva.

A.Z. – Isso é comum acontecer ou são casos raros?

J.S. – Eu não diria que é bem raro. Mas também não é tão frequente. Um pouco paradoxal, mas é isso mesmo. Se você pegasse a antiga portaria, a Portaria 507 de 2011, ela abria algumas brechas para você prorrogar esse período de estruturação, então, acabava acontecendo. Agora se você pegar a Portaria 427, em nosso entendimento, ela diz que um programa não pode durar mais do que 24 meses. Então, se ele extrapolar esse prazo de estruturação e ele passar desses meses de execução, vai ter que ser encerrado sem ter cumprido com o objetivo total. Ele vai entrar na versão de conta parcial. Então, acredito que vai acontecer mais porque como ele não pode ultrapassar esses 24 meses, o Ministério dificilmente dará prorrogação de estruturação. Mas acontece.

A.Z. - O que você acha possível de sr feito para qualificar o PELC?

J.S. - Eu acho que tem algumas ações que a gente tem que pensar mais. Uma delas, a meu ver, seria o envolvimento muito maior da área técnica e pedagógica para que essa política pública fosse pensada muito além do mundo acadêmico. Uma coisa é eu pensar na política

ampla, e outra coisa é quando você vê na questão de estruturação e execução desse programa, que tem entraves municipais e estaduais que a gente não consegue superar de forma muito tranquila, muito fácil. Então, qual seria a lógica disso? Seria uma ligação maior entre eles, cada um aproveitando a sua expertise na sua área de atuação, para que a gente pensasse uma diretriz que respondesse de fato e de forma mais ampla as peculiaridades de cada município. Claro que a gente não vai conseguir isso 100%, mas seria da forma mais adequada possível. Documentos estruturantes também são necessários para auxiliar muito mais a entidade. E acredito que as formações presenciais e EAD de fato precisam falar a realidade do que é o convênio, do que é o programa, do que é a entidade.

A.Z. - Qual é a sua visão sobre o EAD no Programa?

J.S. - O curso EAD é uma excelente ferramenta, até porque a gente consegue atender a um público muito mais amplo do que a gente esperava. É ótimo para alcançarmos o maior número de beneficiados, de RH e de um público que até não conhece o programa. Entendo que para a gestão, seria muito mais adequado a gente formar, no atual momento, o nosso próprio RH, o RH que atua dentro do programa. Isso de fato a gente ainda não está conseguindo de forma tão efetiva. Embora esteja se investindo nisso e falando durante as formações, capacitações, ao falar com a entidade e recomendar pessoas para fazerem o curso, isso ocorre só de forma induzida. A gente não pode de fato obrigar a entidade a fazer. Então, acredito que quando a entidade consegue fazer esse curso, a gente consegue ver o aprimoramento dela, seja nas formações, ou seja nos cursos lá na base da entidade. Então, para o Ministério, isso é bacana. Mas por outro lado, eu vejo o fato de ter pessoas que não conhecem o programa procurarem os cursos EAD de uma maneira muito positiva, muito boa. Eles podem não estar no programa, mas agora estão conhecendo. Nós estamos investindo na formação dessas pessoas, e algumas delas até são gestoras. Então, a aproximação deles com o conhecimento é muito boa. A pessoa conhece o programa, depois, para ele chegar num prefeito, num vereador, ou num parlamentar e falar: “Olha, nós temos uma ideia de um programa muito bom, fiz um curso agora e tem como você pleitear via emenda parlamentar ou via edital, por proponente específico, pode ter uma ideia e encaminhar para o Ministério do Esporte”. Então, assim, nós estamos difundindo conhecimento. Eu posso não atingir meu público específico pensado, mas estou conseguindo fazer com que essa política pública de esporte e lazer seja ampliada em termo

de conhecimento e isso em algum momento volta como política pública. Então, eu vejo como positiva.

P.J. - Você acha que se tivesse uma formação mais técnica dos sistemas entre o Ministério e os conveniados seria mais fácil essa interação do PELC?

J.S. - Eu não sei. Eu acho que quando a gente pensa nessas capacitações gerenciais, a gente está pensando nessa sua lógica. Só que a gente não consegue fazer de uma forma mais ampla porque a gente teria que ter vários dias de curso. Porque teria que ser feito o seguinte, tirar um dia para trabalhar cada sistema e talvez ainda não seja suficiente. Mas digamos que fosse. Depois, teria que trabalhar como fazer solicitação de módulos, como fazer um ofício pedindo prorrogação de vigência, como fazer outras e outras operações que de fato hoje só é possível no transcorrer do convênio. Porque se eu for pegar as formações para fazer isso, eu vou levar dias fazendo isso. E as formações são tão específicas... Exemplo, quando eu vou fazer uma capacitação gerencial, eu quero preparar o profissional para estruturar esse programa. Então, significa que ele já passou pelo processo de pleitear o programa. Uma ideia para se conseguir de forma mais adequada isso, a meu ver, seria construir um vídeo institucional e jogar nas mídias para disponibilizar o acesso. Agora também tem questões de gastos que eu não sei como é que ficam. É preciso ver a questão orçamentária e pensar como decisão de gestão mesmo. Quando a gente faz a capacitação gerencial, é ensinando a pessoa a estruturar. Quando é para fazer o módulo introdutório, eu estou ensinando para o profissional como essa política de esporte e lazer é recreativo de fato, quais oficinas são mais adequadas para você trabalhar com esse profissional, como essa pessoa deve constituir o conselho gestor, como ela deve fazer seus eventos, como se deve chamar os beneficiados para o programa e aí, os modos de formação se seguem sempre nesse sentido. E de fato essa ajuda que a gente tem que dá com a elaboração de documentos e a alimentação dos sistemas acontece com o decorrer do percurso. Talvez não seja a melhor forma, mas é a forma que temos.

A.Z. - Tem alguma situação marcante em sua trajetória pelo PELC que você queira nos destacar?

J.S. - Eu sou orientador de um município muito pequeno em São Paulo, eu achei que teríamos bastante dificuldade na estruturação do convênio, mas eles tiveram muita facilidade nessa estruturação. Eu nunca fui *in loco* e os relatórios deles vêm muito redondos. A entidade de fato consegue fazer a alimentação dos sistemas de maneira correta e em dias, além de que eles entram em contato semanalmente informando o que está acontecendo. Inclusive, sobre questões como troca de profissional, metas não alcançadas, substituição de atividades e sempre com justificativa. Então, me chamou a atenção um município tão pequeno, com mão de obra escassa, conseguir de longe ter uma execução dentro do previsto, o que a maioria dos municípios não consegue estruturar. Não é que a execução dele é ótima, eu não diria isso, mas ela caminha dentro do previsto. Então, isso me chamou a atenção positivamente. Inclusive, é um município por se só investe em políticas públicas, então, ele deveria ter mais dificuldade ainda em alcançar esse público-alvo porque as pessoas lá estão acostumadas a praticar esportes, com escola em tempo integral. Então, me chamou muito a atenção, esse convênio.

A.Z. - Joel, muito obrigada pela entrevista!

J.S. - Eu quem agradeço. Não foi tão sofrida assim. [Risos]

[FINAL DA ENTREVISTA]